



norteENERGIA
USINA HIDRELÉTRICA BELO MONTE

**CAPÍTULO 2 – ANDAMENTO DO PROJETO BÁSICO
AMBIENTAL COMPONENTE INDÍGENA**

**Anexo 8.1.3.2.2 – 1 -
Detalhamento metodológico da 2ª
Oficina para construção do
etnozoneamento e dos PGTA's
das TI's Paquiçamba, Arara da
VGX e AI Juruna do km 17**

**CAPÍTULO 8.1. – ANDAMENTO DO PROJETO BÁSICO AMBIENTAL
DO COMPONENTE INDÍGENA**

**8.1.3.2.2 - 1 – 2ª Oficina de consolidação do
etnozoneamento e do Planos de Uso
Sustentável dos Recursos (Planos de
Gestão Territorial e Ambiental das TIs
Paquiçamba, Arara da Volta Grande do
Xingu e Juruna do Km 17)**

SUMÁRIO

Apresentação	3
Objetivos.....	6
Objetivos gerais	6
Objetivos específicos	6
1. 1º dia.....	8
2. 2º dia: Revisão dos Conceitos de Gestão Territorial e Plano de Gestão Territorial e Ambiental de TIS	8
2.1 Abertura e introdução	8
2.2 O processo de construção do PGTA	12
2.3 Gestão de recursos de uso comum	14
2.4 acordos de pesca e a situação do tracajá.....	23
3. 3º dia: continuidade do tema da pesca e detalhamento dos próximos temas do pgta	24
3.1 Apresentação das atividades de monitoramento participativo da pesca e da Caça nas TIs Paquiçamba e Arara da VGX	24
3.2 Definição e detalhamento dos próximos temas a serem tratados no pgta	26
3.3 Tema: Vigilância e Fiscalização Territorial.....	28
4. 4º Dia: Continuidade das atividades do dia anterior	32
4.1 Tema: Acordo de Pesca e Tracajá	32
4.2 Tema: Geração de Renda	35
4.3 Sistemas agroflorestais e segurança alimentar	41
Conclusão.....	44
Referências Bibliográficas	46

APRESENTAÇÃO

Este relatório apresenta as atividades desenvolvidas durante a 2ª Oficina de construção dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das TIs Paquiçamba, Arara da Volta Grande do Xingu e Juruna do Km 17, realizada na aldeia Miratu, na TI Paquiçamba, entre os dias 19 a 23 de setembro de 2016.

Esta oficina realizou-se em seguimento à primeira oficina realizada pelo PGTI entre os dias 15 e 19 de junho de 2016, visando contribuir para a construção participativa e dialogada dos Planos de Gestão territorial para as TIS envolvidas. Os indígenas detalharam temas considerados importantes para o plano de gestão de acordo com as peculiaridades de cada TI.

A abordagem pedagógica utilizada baseou-se nos princípios de auto-determinação, diálogo, pluralismo epistemológico e construção transdisciplinar do saber, aplicados à gestão territorial. A proposta está alinhada com instrumentos políticos já existentes de gestão territorial na Amazônia, como a política PNGATI e os programas em andamento na região. Buscou-se valorizar os conhecimentos e estratégias tradicionais que já são utilizados na gestão territorial realizadas pelos povos Arara e Juruna.

A oficina envolveu a participação de 35 indígenas (15 no primeiro dia a 35 nos dias seguintes), representando 7 aldeias da Volta Grande do Xingu: Miratu, Paquiçamba, Itkoum (aldeia nova da TI Arara da VGX), Km 17, Boa Vista, Guary Duan e Terrawangã.

Para a realização da oficina, integrantes da equipe do PGTI trabalharam durante os cinco dias de encontro, segundo as seguintes funções (**Quadro 1**):

Quadro 1. Membros da equipe da Verthic e convidado indígena que participaram da oficina

Função	Nome
Coordenação	Igor Ferreira (Coordenador PGTI)
Moderação	Simone Athayde (Consultora Verthic)
Convidado Indígena	Winti Suyá (Consultor Verthic)
Convidada/ Relatoria	Maria Alice Lima (Consultora Verthic)
Convidado	Marcus V. C. Schmidt

Monitoria	Renata Utsunomiya
Monitoria	Hilton Nascimento
Monitoria	Esther Mesquita

O relatório está organizado por temas que coincidem com os conteúdos trabalhados e atividades desenvolvidas em cada dia da oficina, como mostra o **Quadro 2**:

Quadro 2. Programa da oficina e temas organizadores.

Dia	Temas organizadores	Atividades	Estratégias
19/09 2a. feira	-Introdução à oficina e revisão dos Conceitos de Gestão Territorial e Plano de Gestão	- Translado dos participantes e acomodação. -Breve conversa sobre conceito de Plano de Gestão Territorial com testemunho de Winti Suyá, liderança da TI Wawi do Corredor Etnoambiental das Terras Indígenas do Xingu (Parque do Xingu).	- Protagonismo e domínio sobre o processo. - Discussão dialogada. - Troca de experiências com outras TIs. - Formação de lideranças indígenas. - Documentação.
20/09 3a. feira	-Revisão dos Conceitos de Gestão Territorial e Plano de Gestão Territorial e Ambiental de TIS -Conceito de Gestão de Recursos de Uso Comum -Exemplos de acordos de pesca	- Apresentação dos participantes. - Testemunho de Winti Kisêdjê sobre a construção do Plano de Gestão Territorial no Parque do Xingu. - Revisão das etapas anteriores do processo de construção dos planos de gestão (rio da vida); entrega de materiais da 1ª. Oficina. - Objetivos da oficina. - Jogo “Vá pescar” em grupos. - Identificação de recursos de uso comum. - Apresentação de Alice Lima sobre Acordos de Pesca (Pró-Várzea). - Listagem livre de acordos existentes na comunidade. - Discussão em plenária.	- Revisão de conceitos estratégicos. - Discussão em plenária. - Troca de experiências. - Atividade lúdica em grupos (jogo Vá pescar). - Utilização de vídeos pedagógicos. - Construção de conceitos através da aprendizagem experiencial.

Quadro 2. Continuação.

Dia	Temas organizadores	Atividades	Estratégias
21/09 4a. feira	<p>-Experiências de gestão da pesca em outros rios da Amazônia: Rio Madeira</p> <p>-Discussão e avaliação das atividades de monitoramento participativo da pesca nas TIs Paquiçamba e Arara da VGX</p> <p>-Definição e detalhamento de outros temas para o PGTA: Vigilância e Fiscalização e</p>	<p>-Apresentação de Alice Lima sobre a experiência de monitoramento do Rio Madeira.</p> <p>-Apresentação de Hilton e Esther, dos Resultados preliminares do Monitoramento da pesca e caça na Terra Indígena Paquiçamba entre maio e agosto de 2016.</p> <p>-Apresentação do guia de espécies de peixes da VGX (Esther).</p> <p>-Definição de temas prioritários para o Plano de Gestão.</p> <p>-Trabalho em grupo sobre vigilância e fiscalização</p> <p>-Apresentação de Winti Suyá sobre organização do Plano de Gestão do Parque do Xingu, com exemplos relacionados aos temas trabalhados na oficina.</p>	<p>- Troca de experiências e aprendizagem com técnicos e indígenas que trabalham e vivem em outros rios da Amazônia.</p> <p>- Protagonismo e auto-avaliação das comunidades, do trabalho de monitoramento participativo da pesca e caça na VGX.</p> <p>- Discussão em plenária.</p> <p>- Trabalho em grupo com grupos mistos para a TI Paquiçamba.</p>
22/09 5a. feira	<p>-Detalhamento de temas para o Plano de Gestão: Pesca e Geração de renda</p> <p>-Apresentação e troca de experiências sobre sistemas agroflorestais e segurança alimentar</p>	<p>-Apresentação dos grupos, sobre os temas pesca e geração de renda</p> <p>-Apresentação de Marcus Schmidt, sobre sistemas agroflorestais, melhoria da produtividade de roças e segurança alimentar em TIs</p>	<p>- Troca de experiências e aprendizagem com técnicos e indígenas que trabalham e vivem em outros rios da Amazônia.</p> <p>- Trabalho em grupo com grupos mistos para a TI Paquiçamba.</p>

		da Amazônia.	- Fortalecimento da capacidade de auto-gestão e do protagonismo indígena.
23/09 6a. feira	-Detalhamento de temas para o Plano de Gestão: Vigilância e Fiscalização e Geração de renda -Avaliação e seguimento	-Apresentação dos grupos, sobre os temas trabalhados no dia anterior: vigilância e fiscalização e geração de renda. -Avaliação, seguimento, produtos e próximos passos. -Encerramento da oficina.	- Discussão em plenária. - Planejamento participativo e pactuado. - Liderança indígena.

OBJETIVOS

OBJETIVOS GERAIS

1. Refletir sobre uso, manejo e monitoramento de recursos estratégicos, incluindo organização social e política, gestão de conflitos e acordos de uso de recursos de propriedade e uso comum, visando contribuir para o etnozoneamento e a construção de Planos de Gestão Territorial e Ambiental das comunidades indígenas Juruna e Arara das TIs Paquiçamba, Arara da VGX e Juruna do Km 17

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Construir o conceito de gestão de recursos de uso compartilhado (recursos de uso comum);
2. Fomentar discussões sobre acordos para a gestão de recursos de uso compartilhado;
3. Compartilhar experiências sobre gestão compartilhada da pesca e de recursos florestais existentes em outras Tis e/ou entre comunidades tradicionais na Amazônia;
4. Apresentar e discutir atividades agrícolas e de manejo de capoeiras e recuperação de áreas degradadas na VGX;
5. Apresentar e discutir o andamento do monitoramento da caça e da pesca;
6. Desenvolver atividades para discussão, reflexão e aplicação dos conhecimentos adquiridos.

Temas relacionados: Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGATI; conceitos de gestão de recursos de uso comum; instrumentos e acordos para a gestão de recursos de uso comum, participação, definição de papéis na gestão territorial, análise de cenários.

1. 1º DIA

No primeiro dia da oficina (19/09), a maioria dos participantes ainda não havia chegado na aldeia Miratu. Sendo assim, ficou decidido em conjunto com a liderança Giliarde Juruna, que neste dia seria iniciada uma breve conversa na parte da tarde com as pessoas presentes e que o grupo aguardaria até o dia seguinte para o início formal da oficina, após a chegada dos demais participantes de outras aldeias. Assim, na segunda-feira à tarde houve uma breve conversa informal e apresentação da comunidade e da equipe da executora (técnicos e consultores), bem como a liderança indígena convidada para contribuir com a oficina, Winti Kisêdjê, representante do povo Suyá ou Kisêdjê da TI Wawi.

2. 2º DIA: REVISÃO DOS CONCEITOS DE GESTÃO TERRITORIAL E PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL DE TIS

2.1 ABERTURA E INTRODUÇÃO

No dia seguinte pela manhã (20/09), ocorreu a abertura oficial da oficina, com apresentação dos participantes e convidados. Igor Ferreira abriu a oficina, salientando a importância da participação das aldeias no processo de construção do PGTA. A consultora Simone Athayde (Rede Barragens Amazônicas – RBA) deu boas vindas e apresentou os consultores visitantes: 1) Winti Suyá é liderança da Aldeia Ngojwere, do povo Kisêdjê que pertence a Terra Indígena Wawi. Estava presente para compartilhar as experiências da construção do Plano de Gestão do Parque Indígena do Xingu e ajudar na atividades da oficina. 2) Maria Alice Lima (UNIR/RBA), estava presente para compartilhar as experiências dos impactos das UHEs entre os pescadores do rio Madeira e os estudos de monitoramento da Ictiofauna daquela região. Em seguida, cada participante se apresentou.

A partir da solicitação de aprofundamento sobre o conceito e alcance do instrumento Plano de Gestão Territorial e Ambiental de TIs (PGTA), explicou-se que os PGTA vêm sendo utilizados por indígenas de várias regiões do Brasil como instrumentos de planejamento para ajudar os povos indígenas a definirem suas prioridades, refletirem sobre seus problemas e potenciais e construir acordos internos e externos em busca de objetivos comuns. Entender como está a situação atual e definir os caminhos para o futuro almejado.

Neste momento, representantes indígenas perguntaram como esse documento (PGTA) servirá para o futuro. Respondeu-se que se trata de um documento gerado e construído pela própria comunidade que procura estimular reflexões e consolidar acordos internos para a gestão dos territórios da Volta Grande do Xingu e que poderá ajudar tanto na organização das comunidades quanto na definição de seus projetos futuros de cuidado do território, geração de renda, fortalecimento cultural, entre outros. Esclareceu-se que o PGTA poderá ajudar também na relação com empreendedores e futuros PBAs, desde a definição de prioridades ao apoio financeiro às propostas e acordos definidos por eles no âmbito dos PGTA's. O convidado indígena Winti Kisêdjê salientou que é importante ter uma liderança indígena à frente de todo o processo. Disse que o papel de empresas e parceiros é somente orientar e acompanhar, mas é muito importante ter líderes indicando o que é importante para as comunidades.

Pediu-se a Winti Kisêdjê (**Figura 1**) que compartilhasse com os participantes a sua experiência de participação na construção do PGTA já finalizado para as terras indígenas que compõem o Parque do Xingu no Mato Grosso. A experiência descrita está resumida no **Quadro 3** abaixo:

Quadro 3: A experiência da construção do Plano de Gestão das Terras Indígenas do Xingu.



Figura 1. Winti Kisêdjê, convidado indígena para a oficina, compartilhando a experiência de construção do Plano de Gestão do Parque do Xingu. Foto: Simone Athayde.

"Todas as Tis estão quebrando a cabeça para construir suas próprias ideias, e

não somente seguir as ideias propostas por outras pessoas. É necessário inserir no Plano de Gestão a cultura do povo”.

“No Xingu existem 15 povos diferentes, o que torna o processo de construção de um plano de gestão muito difícil. A cultura do homem branco cresce esmagando a cultura indígena e que esse instrumento foi criado para defesa dos indígenas”.

“Na nossa região, em 2008, iniciou o projeto de Carbono pelo Governo com finalidade de apoiar regiões preservadas. Muitas empresas começaram a procurar os indígenas para apoiar esse projeto, entretanto, os índios preservavam as suas terras, enquanto os empresários destruíam outras áreas. Os empresários começaram a gerir as Tis demandando o que podia ou não fazer (proibiram agricultura, queimadas para roça, retirar madeira, etc.). Nesse período, o Instituto Socioambiental começou a atuar na região para a construção de projetos para o crédito de Carbono, mas muitas lideranças não aceitaram, provocando contradições e conflitos entre as aldeias. A partir daí as lideranças se reuniram para planejar um instrumento de gestão das terras, surgindo o Plano de Gestão do Xingu. O processo se iniciou em cada aldeia: 1) O primeiro passo foi o entendimento do que é um Plano de Gestão (2008), através da realização de várias oficinas durante um ano;

2) Em 2009, houve a junção das ideias das aldeias;

*3) As lideranças começaram a escrever o que os indígenas gostariam de planejar e executar para o futuro da terra. **Não é um plano de gestão que proíbe, mas sim um instrumento para lembrar, adequar e avaliar o que está sendo executado, além de monitorar ao longo do tempo se o que foi planejado está funcionando para o presente momento (chamado Plano Vivo).** Muitas reuniões foram realizadas com caciques e lideranças para reavaliar tudo o que tinha sido estabelecido. Cada região selecionou um representante para acompanhar a construção do Plano. Tudo começou com a pergunta norteadora: **Como você pensa o futuro da nossa aldeia?** Winti salientou a importância do Governo e prefeitura de reconhecer esse documento para que frente a ameaças e intervenções empresariais, esse Plano seja seguido e respeitado. Outra pergunta norteadora foi: **Como devemos fazer o Plano para atender toda a região do Xingu?***

O processo envolveu todos os responsáveis, de acordo com o setor. Por exemplo: ouvir os agentes de saúde que se preocupam com a segurança alimentar, agentes políticos se preocupam com o território e a economia sustentável, e seguindo esses passos o plano foi sendo construído. Após as definições dos temas foram definidas as instituições parceiras (FUNAI, IBAMA, etc) para ajudar na fiscalização e

acompanhamento do plano. É importante também que sejam integrados órgãos da Prefeitura para parcerias, como exemplo, ter responsabilidade pela coleta do lixo. A ideia da construção desse Plano serve para que todos os órgãos que irão trabalhar nas TIs se adequem as formas e objetivos de gestão dos comunitários. Na região do Xingu, eles acessam outros tipos de recursos para implantação e execução do plano, como projetos financiados pelo BNDES, com o apoio da Ong ISA.

Winti colocou também um problema que tem ocorrido dentro das aldeias, que é a divisão dos povos por causa das igrejas, e disse que é necessário definir ações de forma diferenciada para quem aceita ou não a igreja. Existe desentendimentos em relação ao turismo, onde alguns povos não aceitam a entrada dos turistas, então é necessário definir o destino do valor que é gerado pelo turismo. São decisões difíceis, mas que devem ser tomadas em conjunto com os comunitários. As aldeias decidem quais atividades e quem executará em relação ao turismo (pesca, artesanato, cultura, turismo ecológico). Algumas TIs já possuem experiência com o turismo como os Kayapó e povos do Acre. É necessário que povos da Volta Grande decidam o que é melhor para as aldeias, estudar o que já vem sendo feito, o que precisa melhorar, o que dará mais lucro e se é necessário abrir empresa para comercialização de produtos etc.

Um exemplo do povo Kisêdjê é o projeto do mel no Xingu que é comercializado nos mercados da região e que está sendo bem valorizado. Após o sucesso da comercialização do mel, decidiram trabalhar com o óleo do pequi, e no momento estão plantando e conseguiram projeto para compra das máquinas e para beneficiar o produto. Foram produzidos 240 litros, que já estão sendo comercializados em restaurantes de São Paulo. As mulheres trabalham com a produção de pimenta, com o beneficiamento do pequi e artesanato. É importante também não só procurar o comércio local, mas também o comércio nacional, que é o mais rentável. Os Yudjá começaram a comercializar cuia, cerâmica e artesanatos, seguindo exemplos dos Kisêdjê. **É importante aliar a economia à nossa sobrevivência, ou modo de vida.** É necessário a construção de um Plano de Gestão geral, englobando todo o território. Depois de aprovado e publicado, é importante que cada aldeia construa um plano de gestão específico. O ISA ajuda na gestão de recursos mais elevados, entretanto, a associação comunitária já acessa e faz a gestão de recursos menores. O Plano é importante também para interesses políticos em época de campanha, onde os comunitários exigem apoio para implementação das ações previstas no Plano”.

Winti encerrou a sua fala salientando a importância da construção do Plano pelos

próprios comunitários.

2.2 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PGTA

Em seguida à fala e explicação do convidado Winti Kisêdjê sobre o processo de construção do Plano de Gestão territorial e ambiental do Parque do Xingu, deu-se prosseguimento à sequência da oficina, com a revisão das etapas anteriores para se chegar a esta segunda oficina. Construiu-se uma linha do tempo em formato de rio (**Figura 2**), mostrando o início de atividades ligadas ao PBA entre 2014 e 2015, e as várias outras atividades que embasam o entendimento e a organização das comunidades para construção do plano. Os principais momentos enfatizados nesta revisão foram:

2014 – Início do PBA; Monitoramento da pesca e caça (março); Oficina de informática; Caracterizações socioambientais, mapeamentos de recursos, ambientes e locais importantes e históricos; Curso de Gestão Territorial Indígena.

2015 – Oficina de monitoramento territorial na aldeia Paquiçamba;

2016 – Reunião na sede da empresa; apresentação dos trabalhos nas aldeias; retomada do monitoramento; 1ª Oficina do PGTA.



Figura 2. Revisão das etapas de apoio à construção do PGTA na região da Volta Grande do Xingu, iniciado em março de 2014.

Neste momento, esclareceu-se a importância das atividades de monitoramento de pesca e da caça para a construção do Plano de Gestão. O monitoramento é uma ferramenta para avaliar as mudanças ocorridas ao longo do tempo. Os diagnósticos também serão utilizados e o curso de introdução à gestão territorial indígena foi uma forma de trazer referências sobre gestão territorial de outros povos indígenas. Igor

Ferreira apresentou a Cartilha dos registros da 1ª Oficina que foi realizada ente 15 e 19 de junho/2016 na Aldeia Furo Seco, e destacou algumas atividades realizadas.

A liderança Giliarde Juruna enfatizou:

“O monitoramento faz parte do Plano de Gestão, porque é a forma de se avaliar as mudanças, antes e depois do fechamento da UHE Belo Monte”. E cita o monitoramento independente realizado pela associação Aimyx. “O monitoramento mostra, por exemplo, a dificuldade de acesso às áreas de pesca.”

Após a entrega e revisão do resumo da primeira oficina para a comunidade, Igor Ferreira projetou o conceito de Gestão Territorial construído na primeira oficina na tela, para todos visualizarem (**Figura 3**):

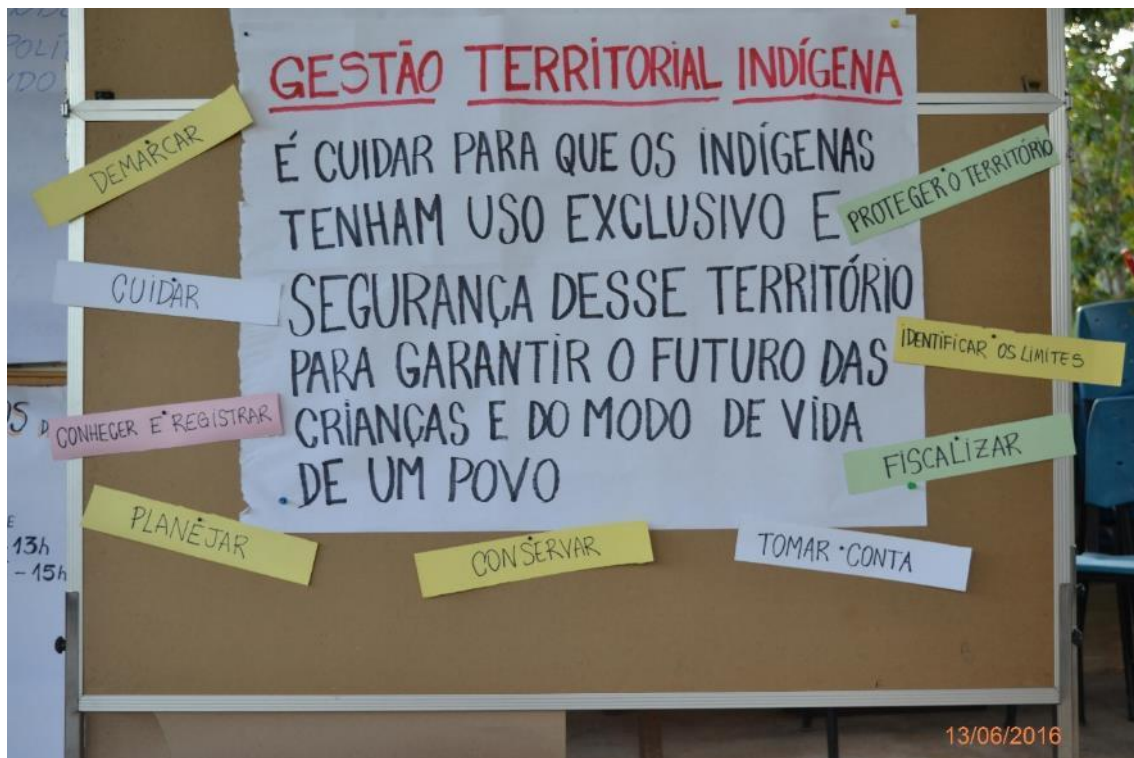


Figura 3. Conceito de Gestão Territorial Indígena dos povos Juruna e Arara da VGX, construído na primeira oficina.

Houve uma discussão informal na plenária, sobre a importância do Plano de Gestão, e de viabilizar recursos para implementá-lo. A consultora Simone Athayde citou um exemplo dos Maoris que foram ameaçados pelos Ingleses, e que eles já tinham a sua própria governança e leis. Por isso, até hoje a língua e costumes dos Maori são respeitados na Nova Zelândia. E reafirma a importância do Plano de Gestão quando uma empresa chega para desenvolver alguma atividade dentro da área.

Winti Suyá complementou que também é necessário ter um documento (protocolo de consulta) que estabelecerá as normas de decisões e consultas dentro das aldeias. Disse também sobre a importância de se criar um fundo indígena para dar continuidade as atividades propostas no Plano de Gestão. Mas esclareceu que um fundo indígena só funciona se houver uma estrutura interna de governança e fortalecimento das instituições para a gestão do recurso.

2.3 GESTÃO DE RECURSOS DE USO COMUM

O objetivo desta parte da oficina foi construir o conceito de “recursos naturais de uso comum” de forma coletiva e experiencial, provocando uma reflexão sobre a gestão coletiva de recursos de uso comum nas comunidades. Segundo Ostrom (1990), recursos naturais de uso comum podem ser naturais ou feitos pelos humanos, onde o uso por uma pessoa pode diminuir o estoque ou prejudicar a disponibilidade para os demais ao longo do tempo. Adicionalmente, a característica do recurso torna difícil a delimitação e impedimento de acesso ao mesmo, por parte de diversos usuários (Mankiw, 2005).

Exemplos de recursos naturais de uso comum com problemas de escassez devido ao uso competitivo e predatório na atualidade incluem¹:

- Água – usos competitivos, como para produção de energia e abastecimento, enfrentando problemas como poluição hídrica, crise hídrica e desperdício de água devido a problemas com irrigação;
- Florestas – desmatamento, extração predatória de madeira em áreas de fronteira agrícola e uso de queimadas;
- Recursos energéticos e clima – queima de combustíveis fósseis e consequente aquecimento global, atmosfera como recurso de uso comum;
- Animais – destruição de habitats e caça clandestina levando à extinção;
- Oceanos – sobrepesca de várias espécies comercializadas em âmbito global.

Cientistas da área da economia têm se destacado pelo desenvolvimento de teorias e análise de casos reais de uso e gestão de recursos de uso comum. Garret Hardin desenvolveu a teoria conhecida como “tragédia dos comuns”, na qual pessoas ou usuários de recursos de uso comum vão tentar maximizar o seu lucro individualmente,

¹ Fonte: Wikipedia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Trag%C3%A9dia_dos_comuns

não se importando com a diminuição da disponibilidade do recurso para outros usuários, de forma a causar a superexploração e/ou degradação do recurso, culminando em casos mais extremos com a extinção do mesmo (Hardin, 1968). Hardin afirmou que a degradação dos recursos naturais é inevitável sempre que muitos usuários (em um cenário de população mundial crescente) utilizam o recurso finito (que se acaba), pois indivíduos só visualizam os benefícios próprios e de curto prazo. Exemplos de tragédia dos comuns incluem extinções locais de recursos como o caso do bacalhau do Atlântico (*Cod morhua*), considerado vulnerável pela pesca predatória (Árnason et al., 2009), e o orangotango (*Pongo pygmaeus*), ameaçado pela caça predatória e destruição de habitats. As populações de orangotango se distribuíam em toda a Ásia tropical e subtropical; estando extintas em vários locais e ocorrendo atualmente apenas nas ilhas de Bornéu e de Sumatra.

A solução para a tragédia dos comuns apontada por Hardin na época seria a privatização do recurso (que nem sempre é viável ou possível, além de beneficiar somente grupos com poder), ou regular o seu uso transformando-o em bem estatal, de propriedade do governo. Nesta época, Hardin desconhecia os sistemas de uso e gestão de recursos comuns praticados por comunidades locais como povos indígenas, ribeirinhos, vilas de pescadores, etc.

Desafiando as conclusões de Hardin, nas décadas de 1980 e 1990, a economista Prof. Elinor Ostrom, junto com seus alunos e colaboradores, estudou por muito tempo os sistemas locais de uso e gestão de recursos de uso comum, percebendo que havia vários exemplos de arranjos coletivos que proporcionavam a sustentabilidade do recurso sendo explorado. Observou isto com pesca comunitária, exploração de florestas comunitárias, campos irrigados de plantações na Ásia, entre outros exemplos. Ostrom afirmou que nem sempre o uso de recursos de uso comum por grupos humanos deve levar à sobre-exploração e extinção do recurso. Pelo contrário, relações sociais e normas internas baseadas em reciprocidade e outros valores, regulavam o uso do recurso entre as pessoas, evitando a sua sobre-exploração, escassez e extinção (Ostrom, 1990).

A partir dos estudos realizados com as comunidades locais, Ostrom destacou 8 princípios para uma gestão sustentável de recursos de uso comum (**Quadro 4**), os quais podem nortear planejamentos e acordos de uso de recursos em outras escalas, como por exemplo o Acordo de Paris sobre as mudanças climáticas globais. Pesquisas como de Ostrom e vários outros autores têm inspirado sistemas de co-

gestão, gestão colaborativa ou gestão comunitária de recursos sob ameaça de escassez no mundo todo.

Quadro 4. Princípios da gestão sustentável de recursos naturais de uso comum, segundo Elinor Ostrom (1990:90-102):

1. Demarcação clara das áreas dos recursos de bem comum e dos seus usuários (mapeamento);
2. As regras definidas têm de ser adequadas às condições locais (sazonalidade, espaço, tecnologias disponíveis, quantidades de recursos disponíveis, etc);
3. Os usuários participam na definição/adaptação das próprias normas ou regras de uso – acordos coletivos;
4. Os fluxos de benefícios proporcionados pela gestão comum são proporcionais aos custos de uso do recurso;
5. Há um reconhecimento das regras estabelecidas pelas comunidades, por parte das autoridades externas;
6. É realizado o monitoramento dos acordos, com respeito às regras por parte dos usuários, com penalizações para os transgressores (ex. multa, envergonhar o transgressor, tomada de equipamentos do transgressor);
7. É garantido o fácil acesso a meios de resolução de conflitos bem como a custos reduzidos;
8. Há uma ligação na gestão de recursos de menor escala com os de maior escala, indo do particular para o geral.

Na parte da tarde, após os debates sobre o tema dos recursos de uso comum realizado no final da manhã, os participantes jogaram o jogo didático conhecido como “Vá Pescar” ou “A Tragédia dos Comuns” (**Figura 4**). Este jogo foi trazido para trabalhar a temática da tragédia dos comuns e da gestão de recursos de uso comum de forma prática e lúdica. O grupo foi dividido em 3 grupos de 4-5 pessoas de forma aleatória. Cada grupo ficou responsável por um lago ou ponto de pesca, desenhando em papel flip-chart. Os pescadores de cada grupo receberam um canudo para usar como seu “caniço”; os peixes colocados no lago desenhado no flip-chart foram biscoitos em formato de peixinhos coloridos. A moderadora Simone Athayde explicou as regras do jogo na plenária:

Etapa 1: Sem conversa

1. Cada grupo inicia a estação de pesca (5 rodadas ou 5 anos) com 20 (em média 4 peixes por pescador) peixes. Cada peixe que restar no lago após a pesca se reproduz, gerando um “filho”.

2. Cada pescador faz parte de uma comunidade, que utiliza uma área de pesca comum. Os pescadores precisam pescar o suficiente para manter suas famílias.
3. O pescador pode pegar de 0 a 4 peixes. Se pegar 0 ou 1, a família morre de fome. Se pegar 2, é suficiente para alimentar a família. Se pegar 3 ou 4, sobram alguns peixes para vender.
4. Os pescadores têm 5 rodadas para jogar, o que representa 5 anos.
5. Os monitores da equipe anotavam o quanto cada pescador pegou nas rodadas 1 a 5, e quanto sobrou no lago ao final de cada rodada e ao final geral dos 5 anos.

Os 3 grupos jogaram a primeira etapa de 5 anos, o que resultou na tragédia dos comuns para todos. Ou seja, não havia mais peixes no lago após os 5 anos, porque todos queriam pescar o máximo possível para alimentar suas famílias e vender, o que gerou a sobre-exploração do pescado, com a diminuição dos estoques. O resultado final foi o seguinte:

- ✓ Grupo 1- Lago Paraíso (Monitora Renata): 2 peixes restantes no ano 4 (tragédia ocorreu antes do último ano)
- ✓ Grupo 2 – Cachoeira Jericoá (Monitora Alice) – 0 peixes restantes no ano 4.
- ✓ Grupo 3 – Lago Periquito (Monitora Simone) – 2 peixes restantes no ano 4.

A moderadora fez algumas perguntas para incitar reflexão antes da segunda etapa do jogo:

- O que os grupos observaram?
- Por que acabaram os estoques de peixes?
- Quais pescadores pegaram mais, e quais pegaram menos?
- Faltou peixe para algum pescador? Alguma família morreu de fome?

Etapa 2: Com acordo

A moderadora orientou os grupos a conversarem entre si e pensarem como poderiam resolver o problema da sobrepesca: - O que aconteceu e o que podem fazer para preservar os estoques de peixes?. Existe algo que eles poderiam fazer para solucionar este problema sem depender de apoio externo? Os grupos conversaram entre si e repetiram as 5 rodadas.

Os três grupos fizeram acordos, mas chegaram a resultados diferentes:

- ✓ Grupo 1 – Lago Paraíso: foi o mais “sustentável”, pois finalizou a segunda etapa de 5 anos com 110 peixes no lago. Decidiram que cada pescador deveria pegar somente o suficiente para alimentar a família, sem poder vender até o 4º. Ano. Os pescadores sofreram no início, mas conseguiram repor o estoque de peixes. Tiveram que caçar e criar galinha para complementar a subsistência. Houve o revezamento entre as famílias de que cada um pegaria menos peixe.
- ✓ Grupo 2 – Cachoeira Jericoá – Os pescadores se reuniram e entraram num acordo para conseguir repor o estoque, cada um poderia capturar no máximo 2 peixes. Conseguiram aumentar o estoque de peixes e finalizar o jogo com 86 peixes. No entanto, percebeu-se que o acordo foi cumprido nos primeiros anos, mas começou a dar problemas a partir do 4º e 5º anos, pois alguns pescadores já estavam pescando 3 e 4 peixes.
- ✓ Grupo 3 – Furo do Periquito – Os pescadores conversaram e entraram num acordo para não pescar para vender, somente para sustentar as famílias. Porém, a partir do 3º ano, começaram a pescar mais do que o combinado. O resultado foi finalizar a temporada com somente 14 peixes, menos do que os 20 iniciais. A justificativa foi que nasceram crianças na comunidade, e além disso tiveram visita, por isso precisarem pescar mais.

Finalizados os cálculos para os grupos, a moderadora trouxe o grupo para pensar na realidade, dizendo que no dia-a-dia os pescadores não sabem quantos peixes tem no ambiente. E abriu a discussão para a plenária: - Será que uma tragédia dos comuns já está acontecendo aqui na região?

O participante Caboco da aldeia Miratu deu sua opinião:

“Essa brincadeira serve para a gente entender como é na vida real”. Perceber a importância do controle da pesca, se houver sobre-exploração o estoque vai diminuir e é importante ter o controle/monitoramento para poder pensar num plano para melhorar.”

Segundo Telma, representante do Km 17:

“Recurso comum é o recurso que o indígena utiliza para se sustentar. E a tragédia é o descontrole”.

Os participantes deram exemplos de recursos naturais usados de forma comunitária

nas TIs da região, e que já estão dando sinais de sobre-exploração, que são aumentados com impactos dos empreendimentos. Telma responde que a caça está ficando mais difícil de encontrar na região do Km 17. Eliete cita que a pesca do tracajá não tem controle, e ela está percebendo o quanto diminuiu tanto os tracajás como ovos. Ela pensa que se as comunidades não fizerem um acordo, será o fim do tracajá. Sr. Agostinho lembrou também que os tracajás estão ficando sem ter o que comer por conta dos muitos impactos da região.



Figura 4. Grupos jogando o jogo “Tragédia dos comuns”, para a construção do conceito e abordagens da gestão de recursos de uso comum.

A moderadora explicou então o conceito da tragédia dos comuns, ilustrando com o exemplo do povo Paumari, que passou pela tragédia de sobre—exploração do pirarucu na sua região, que ocorreu pela situação de pesca descontrolada de índios e não índios. Assim, viu-se a necessidade de se fazer o manejo daquele ambiente. Dessa forma surgiu o Plano de Manejo do pirarucu. A maior dificuldade é a falta de liberdade para pescar, respeitar o controle das cotas, mas no final o resultado é mais vantajoso para todos, pois os estoques são mantidos (**Quadro 5**).

Quadro 5. Acordos de pesca e manejo de Pirarucu entre os Paumari do Amazonas*

No Brasil, experiências de manejo comunitário incluindo acordos para uso de recursos de uso comum incluem o manejo de lagos e do peixe pirarucu (*Arapaima gigas*) em várias regiões da Amazônia, e o manejo florestal em reservas extrativistas (Benatti et al., 2003) (**Figura 5**).

O caso dos Paumari, povo indígena do Amazonas, é um exemplo bem-sucedido de manejo comunitário envolvendo organização social e acordos de pesca, que possibilitou a recuperação de estoques do peixe pirarucu. O trabalho foi realizado com apoio da OPAN (Operação Amazônia Nativa) e parcerias estabelecidas com FUNAI, IBAMA e outras organizações, desde 2009.

Conhecidos como povo da água, os Paumari são pescadores e mergulhadores que habitam os lagos, várzeas, praias e igarapés da bacia do rio Tapauá no Amazonas. As comunidades Paumari vivem nas TIs Paumari do Lago Manissuã, Paumari do Lago Paricá e Paumari do Cuniuá, demarcadas e homologadas entre 1997 e 1998. A pesca do pirarucu é historicamente uma das principais atividades econômicas da região. Porém, com o aumento de pescadores e barcos de pesca comercial não-indígenas, os Paumari começaram a perceber que estava ocorrendo uma diminuição significativa dos estoques de pirarucu na região, associada ao aumento de conflitos entre diversos pescadores e usuários do recurso. Um caso típico de tragédia dos comuns!



Figura 5: Pesca do pirarucu. Foto: Adriano Gambarini/OPAN.

(<http://amazonianativa.org.br/>)

A regulamentação e manejo comunitário da pesca do pirarucu entre os Paumari ocorreu de forma concomitante à elaboração de seu Plano de Gestão, apoiado pelo projeto Nova Cartografia Social da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). De 2009 a 2011, a OPAN trabalhou com os Paumari no âmbito do Projeto Aldeias, que se desenvolveu em cinco terras indígenas do estado do Amazonas, nas bacias dos rios Purus, Juruá e Jutaí por meio do consórcio OPAN-Visão Mundial com apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Como um dos resultados deste trabalho, os Paumari do rio Tapauá elaboraram e publicaram seu Plano de Gestão Territorial em setembro de 2011, em um grande evento realizado na cidade de Lábrea, junto com o lançamento do Plano de Vida da Federação das Organizações e Comunidades Indígenas do Médio Purus (Focimp). A OPAN deu prosseguimento aos trabalhos com os Paumari na perspectiva de apoiar a implementação de seu plano de gestão por meio do Projeto “Conservação da Biodiversidade em Terras Públicas da Amazônia”.

Como consequência dos cinco anos de trabalho com os Paumari na capacitação e manejo sustentável do pirarucu, em 2013, foi realizada a primeira pesca manejada de pirarucu em terras indígenas no estado do Amazonas, com anuência da Funai e do Ibama. Os resultados superaram a expectativa da equipe técnica e dos próprios indígenas. Para alcançar este feito, desde 2009 os Paumari do rio Tapauá deram início a um trabalho de manejo participativo desta espécie com o intuito de buscar alternativas à pesca predatória já que a região sofreu grande exploração dos recursos pesqueiros por agentes externos, durante muitos anos, o que afetou a população não apenas do pirarucu como demais peixes e quelônios (tracajás).

A experiência colocou em prática o “Plano de Manejo Pesqueiro do Pirarucu das TIs Paumari”, que contou com o apoio da OPAN, Funai, Instituto Piagaçu e Conservação Estratégica (CSF Brasil). Além dele, também foi estruturado um Plano de Negócios em parceria com a CSF, algo inédito no país para esse tipo de cadeia produtiva indígena.

O manejo do pirarucu, após sete anos de trabalho, recuperou o estoque pesqueiro e contribuiu para o fortalecimento de sua organização social. Hoje eles montam escalas de vigilância para os três territórios e realizam reuniões frequentes para discutir assuntos referentes à proteção e manutenção do território. As mulheres também estão mais confiantes e se integram aos trabalhos, principalmente ao apoio ao marido nas vigilâncias e na pesca manejada.

Testemunhos (com base em Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, 2013):

“No segundo ano de projeto paramos de matar pirarucu em alguns lagos e um ano depois vimos como a população se recuperou. Hoje temos 10 lagos de reserva, sabemos fazer a contagem do pirarucu, temos tudo para tirar todo o nosso peixe de forma legal e sem impacto”

Germano Cassiano da Silva (Paumari), após o intercâmbio na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (único local onde o manejo de pirarucu era licenciado na Amazônia)

“Os Paumari sabem manejar sem prejudicar os estoques. Agora precisamos de solução de curto prazo para comercialização até que haja um marco legal do governo, senão eles serão obrigados a vender o peixe a preço baixo para pescadores sem licenciamento. Todo o esforço de capacitação e conscientização para o manejo sustentável do pirarucu nas terras Paumari corre o risco de não ser levado adiante se a Funai não se articular com órgãos ambientais licenciadores. ”

Miguel Aparicio, da OPAN, gestor Projeto Aldeias.



Figura 6. Mapeamento participativo das terras indígenas Paumari. Projeto Nova Cartografia Social. Fonte: PNCSA (2013). <http://novacartografiasocial.com/>

Para saber mais:

- Vídeos: 1) Paumari: o Povo da água – OPAN – <https://youtu.be/CqRTx1Irn20>
 2) Manejo de Pirarucu Paumari – <https://youtu.be/qmf2X-XuM1I>

*Partes do texto apresentado neste box foram baseadas em informações da página da OPAN: http://amazonianativa.org.br/etnia_descr.php?ajax=true&id=5&width=600&height=500

2.4 ACORDOS DE PESCA E A SITUAÇÃO DO TRACAJÁ

Após a atividade lúdica e discussão sobre a tragédia dos comuns na pesca, a pesquisadora Alice Lima mencionou alguns pontos-chaves do estabelecimento de Acordos de Pesca na Amazônia:

- ✓ Organização da comunidade – comunidade deve estar previamente organizada, ciente do problema e apresentar demanda para o acordo;
- ✓ Acordo em cada comunidade específica;
- ✓ Trabalhar com instituições parceiras para assessoria técnica (FUNAI, IBAMA e Colônia de pescadores);
- ✓ Capacitação comunitária para realizar as atividades de controle e monitoramento do acordo;
- ✓ Importância do monitoramento contínuo e da participação da comunidade.

A Prof. Eliete da Aldeia Paquiçamba mencionou novamente a necessidade de um acordo para a pesca do tracajá que deve ser respeitado por todas as comunidades. Ela comentou que na TI Paquiçamba, ainda pode ser possível recuperar o estoque de tracajá estabelecendo as cotas de acordo com a necessidade de subsistência de cada família. Todas as aldeias devem entrar em consenso na preservação do tracajá. Ela também comentou que pensa que o pacu branco vai sumir porque não existe mais habitat para esta espécie se alimentar. Outros participantes concordaram com a colocação de Eliete, comentando que percebem que hoje não tem mais tracajá gordo. É grave a perda de habitat. E que isso também afeta o estoque de pesca, pois os peixes perdem os igapós para engordar. A reserva de peixe atual está na cachoeira de Jericoá.

Caboco da aldeia Miratu e Manoel da aldeia Paquiçamba, comentaram sobre a necessidade da colaboração das pessoas das comunidades para fazerem os acordos funcionar, e não ficar dependendo somente da FUNAI. Outro problema mencionado foi o aumento da invasão de pessoas de fora, incluindo aumento do desmatamento na região da cachoeira do Jericoá, presenciado por Eliete.

Igor Ferreira sugeriu que as comunidades devem pensar no planejamento das suas atividades de gestão: O que deve ser feito? Como? O que depende dos comunitários? E o que depende de fora como será exigido? O Plano de Gestão poderá contribuir justamente com essas questões.

Em seguida, finalizando as atividades do primeiro dia, foi realizado um levantamento rápido dos acordos já existentes nas comunidades, para controle e regulamentação de diversos tipos de atividades (**Quadro 6**).

Quadro 6. Exemplos de acordos existentes entre as comunidades das TIs Paquiçamba, Arara da VGX e Juruna Km 17.

Aldeia	Acordos existentes
Aldeia Miratu	1) Bebida alcoólica: é liberado somente até meia noite, caso contrário será punido com a restrição do uso do combustível. 2) Revezamento entre as famílias no monitoramento da pesca. 3) Oportunidade de emprego: priorizam a família que ainda está desempregada. 4) Limpeza na comunidade: 1 dia por semana ou mês se unem para realizar a limpeza geral. 5) Uso do carro: seguir orientações, manter limpo e com tanque cheio. 6) Entrada de pessoas de fora: Controlar a entrada e limitar o número de convidados. 7) Presença nas manifestações: todos da comunidade devem ir.
Aldeia Paquiçamba	1) Monitoramento na manutenção do projeto de piscicultura. 2) Uso do carro: seguir as normas locais. 3) Fazer roça somente em mata secundária. 4) Os castanhais são herdados entre gerações.
Aldeia Itkoum	1) Deverá haver união e diálogo para realizar todas as atividades e acordos na caça.
Aldeia Boa Vista Km 17	1) Criação de peixes, estabelecer cotas por família e o destino para comercialização.

3. 3º DIA: CONTINUIDADE DO TEMA DA PESCA E DETALHAMENTO DOS PRÓXIMOS TEMAS DO PGTA

3.1 APRESENTAÇÃO DAS ATIVIDADES DE MONITORAMENTO PARTICIPATIVO DA PESCA E DA CAÇA NAS TIS PAQUIÇAMBA E ARARA DA VGX

Na sequência da oficina, Hilton Nascimento e Esther Mesquita (**Figuras 8 e 9**) realizaram a apresentação dos resultados preliminares das atividades de monitoramento participativo da pesca e da caça no ano de 2016. Os principais tópicos apresentados e discutidos neste momento da oficina foram:

1. Apresentação dos resultados parciais do monitoramento da pesca e da caça para as TIs Paquiçamba e Arara da VGX;

2. Apresentação do guia preliminar de espécies de peixes da região da VGX;
3. Discussão sobre o trabalho do monitor indígena;
4. Sugestões para a melhoria das atividades

Segundo os dados coletados para a TI Paquiçamba entre maio e setembro de 2016, no total foram 331 pescarias e produção de 2 t de pescado. A produção foi maior para a aldeia Paquiçamba. Os principais peixes capturados: 26% pacus; 20% curimatã; 12% acari. Foram capturados 394 tracajás, totalizando aproximadamente 600 kg. Paquiçamba, em 2014, pegou mais tracajá (349 kg). De 2014 para 2015 a produção de tracajá no Miratu caiu bastante. O cacique Giliarde Juruna disse que foi uma decisão comunitária de diminuir a pesca porque eles perceberam que o estoque já estava diminuindo, em 2014 foi 315 kg e, em 2015, 80 kg.

Os participantes ficaram preocupados com o fato de que em 2016 não apareceu nenhum ovo de tracajá. Jailson Juruna sugeriu que a ausência dos ovos pode ser o efeito do monitoramento somente de 15 dias. Giliarde Juruna diz que é efeito da retirada do capitari, habitat importante para a reprodução dos tracajás. Bel diz que é falta comida e que se os tracajás não engordam, não conseguem produzir ovos.

A produção total da caça por aldeia revelou que queixada, catitu, paca e tatu são os recursos mais importantes.

Deu-se continuidade à apresentação dos resultados do Monitoramento participativo da pesca e da caça da TI Arara da Volta Grande do Xingu durante junho e agosto de 2016. O período que estão pescando menos pode estar relacionado à atividade do cacau, mas também as comunidades congelam e armazenam o peixe para não ter que ir pescar todos os dias, além disso a comercialização diminuiu e estão pescando mais para consumo. O peixe mais pescado foi o tucunaré, pacu branco, curimatã e cachorra. Porcão, veado fuboca e capivara foram as caças mais capturadas.

Esther Mesquita apresentou o guia das espécies de peixes capturados pela pesca comercial da localidade em elaboração. Explicou a diferença entre os nomes comuns e científicos. O guia conta com 63 tipos ou espécies diferentes, com algumas espécies endêmicas (que só ocorrem naquela região). A moderadora Simone lembrou que a elaboração do guia foi uma demanda dos comunitários de reuniões anteriores.

Principais sugestões para a melhoria do monitoramento, a partir de opiniões dos participantes da oficina:

- ✓ Excluir registros de pessoas de fora.
- ✓ A comunidade deve entender melhor a importância de participar do monitoramento.
- ✓ Muitas vezes o que foi capturado na praia não entra no monitoramento.
- ✓ O monitor deve passar de manhã e tarde. Tanto o monitor indígena quanto da executora devem ter a obrigação de passar na casa dos pescadores.
- ✓ As reuniões são importantes para as pessoas entenderem a importância do monitoramento.
- ✓ É importante registrar pescarias sem produção.
- ✓ As pessoas devem anotar a produção do domingo para que possa entrar nos registros do monitoramento.
- ✓ É importante o registro diário, independente de quem esteja realizando o monitoramento. A pessoa que faz o monitoramento não deve se preocupar somente com o dinheiro.
- ✓ A comunidade deve colaborar e ajudar no trabalho do monitor avisando que tem peixe no desembarque.
- ✓ O monitor deve prestar atenção aos horários em que os pescadores saem e retornam das pescarias.
- ✓ É importante que representantes de outras comunidades presentes na oficina levem o problema do acompanhamento indígena para discussão.



Figura 8. Apresentação de resultados preliminares das atividades de monitoramento participativo da pesca e caça nas TIs Paquiçamba e Arara da VGX



Figura 9. Apresentação de resultados preliminares das atividades de monitoramento participativo da pesca e caça nas TIs Paquiçamba e Arara da VGX

3.2 DEFINIÇÃO E DETALHAMENTO DOS PRÓXIMOS TEMAS A SEREM TRATADOS NO PGTA

Na sequência das atividades programadas para o dia 21/09, a moderadora Simone explicou como seria o trabalho de grupo para o detalhamento dos próximos temas a

serem trabalhados durante a construção do PGTA. Explicou seria realizada uma atividade em grupos e que estes seriam formados de acordo com as demandas, por problemas comuns e por TI. Seguindo o seguinte roteiro:

- 1) Problemas: Como estamos?
- 2) Objetivos: Onde queremos chegar?
- 3) Propostas: Como vamos chegar lá?

O convidado Winti Suyá se manifestou explicando como foi o trabalho para começar a criação do Plano de Gestão. Os grupos foram divididos por temas com pessoal específico de cada área e com perguntas norteadoras (ex.: segurança alimentar, o que é preciso ser feito para garantir a segurança alimentar no futuro?); Território (como será feito? Quem vai participar? Quem vai fiscalizar?). Depois disso, houve uma apresentação, correção/adequação e validação do plano. O importante é pensar no melhor modelo para ser implementado na sua região.

O cacique Giliarde Juruna comentou que quando fala em acordo é para assegurar a alimentação. Mas que falta uma união comunitária para definir a preservação dos recursos e pensar no futuro. É importante chamar as pessoas mais velhas para definir áreas importantes para preservar.

Os temas prioritários a serem trabalhados pelos grupos foram levantados em plenária, a partir de lista livre:

- 1) Pesca
- 2) Segurança alimentar
- 3) Vigilância e Fiscalização
- 4) Geração de renda
- 5) Cultura
- 6) Educação
- 7) Turismo

Em seguida, iniciaram-se os trabalhos nos grupos. Os temas pesca e vigilância e fiscalização foram escolhidos para o trabalho inicial. Na sequência, foi trabalhado o tema da geração de renda por todos os grupos. Devido ao fato de que a TI Juruna do Km 17 tem um contexto e situação bastante diferentes da região da Volta Grande, os participantes decidiram que o grupo do Km 17 poderia trabalhar separadamente e os participantes das aldeias Juruna e Arara poderiam trabalhar em grupos mistos. Os

técnicos e consultores apoiaram o trabalho dos grupos.

3.3 TEMA: VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO TERRITORIAL

O tema vigilância e fiscalização territorial é considerado um tópico prioritário e estratégico pelos representantes indígenas participantes da oficina. Segundo os indígenas, com a construção da hidrelétrica de Belo Monte, a pavimentação da BR-230, e a chegada da Belo Sun a necessidade de fiscalização e vigilância das TIs se intensificou. O aporte de pessoas estranhas e a pressão sobre os recursos naturais como caça, pesca e madeira aumentou de forma significativa. Preocupações comuns aos dois povos e três terras indígenas presentes na oficina são:

- ✓ Aumento na entrada de pessoas estranhas nas terras indígenas, com ameaça à segurança das comunidades.
- ✓ Falta de controle da entrada de pessoas estranhas nas aldeias (organização e controle internos).
- ✓ Falta de sinalização adequada nos limites e áreas vulneráveis das TIs.
- ✓ Falta de controle e punição a caçadores e pescadores ilegais.
- ✓ Falta de capacitação dos indígenas para realizar as atividades de vigilância e fiscalização.
- ✓ Desintrusão e retirada de posseiros de áreas indígenas.
- ✓ Não implementação do Plano de Proteção (NE e FUNAI).
- ✓ Aumento de queimadas, e falta de controle adequado, como equipes de brigadistas de incêndios.

Comentou-se que falta apoio e coordenação entre as ações pelas instituições responsáveis como FUNAI e IBAMA. A comunidade da aldeia Boa Vista (TI Juruna Km17) sente-se muito vulnerável por estar situada na beira da estrada. As comunidades estão preocupadas com a ameaça de construção da mineradora Belo Sun.

Abaixo, apresenta-se uma síntese do levantamento de problemas e propostas para solução relacionados ao tema Vigilância e Fiscalização Territorial desenvolvidos pelos grupos representantes das TIs e aldeias participantes da oficina.

Vigilância e Fiscalização Territorial – Aldeia Boa Vista, TI Juruna do Km 17 (Quadro 7). Equipe: Telma Loyane S. Barros, Marineide M. Camizão, Geovany Machado, Vanderley Rodrigues. Monitora: Simone Athayde.

Quadro 7. Síntese do detalhamento preliminar do tema Vigilância e Fiscalização Territorial para a TI Juruna do Km 17, aldeia Boa Vista.

Problema: Como estamos?	Objetivos: Onde queremos chegar?	Propostas: Como vamos chegar lá?
<ul style="list-style-type: none"> -Comunidade próximo à rodovia – Portão livre -Entrada de pessoas – Comunidade está aceitando -Falta de segurança -Não tem guarita -Conflitos estão aumentando 	<ul style="list-style-type: none"> -Fiscalizar os limites -Colocar placas de proibição e sinalização -Controle na entrada com um portão -Comunidade consciente, mais união -Áreas protegidas, com segurança e sem invasão (projetos) -Minimizar os conflitos 	<ul style="list-style-type: none"> -Construção de guaritas para duas áreas e base na área 2 (GEOPLAN, DNIT e FUNAI) -Execução da vigilância territorial através da conclusão da sinalização dos limites da área nova -Fiscalização dos limites pela comunidade em parceria com FUNAI (por terra e água) -Contratar indígenas e treinar (Agentes ambientais indígenas) -Reuniões e Oficinas (oitivas) para conscientização da comunidade -Remuneração da comunidade para executar os trabalhos.

Vigilância e Fiscalização Territorial – TIs Paquicamba e Arara da Volta Grande do Xingu (Quadro 8)

Grupo 1: Cleyson Juruna Santos, Cláudio Roberto da Silva, Jean Carlos Pinto, Manoel de Lima Lisboa, Raimundo Juruna, Anderson Sampaio, Pedro Viana, Giliarde Juruna, e Neusiane Jacinto Juruna. Monitora: Esther Mesquita.

Grupo 2: Talem Arara, Leiliane Jacinto Juruna, Maria Eleite Felix Juruna, Adalton Arara, Marizan Juruna, Alcionei Alves Moraes, José Carlos Arara e Edileuson dos Passos Arara. Monitora: Simone Athayde.

Quadro 8. Síntese do detalhamento preliminar do tema Vigilância e Fiscalização Territorial para as TIs Paquicamba e Arara da VGX.

Problema: Como estamos?	Objetivos: Onde queremos chegar?	Propostas: Como vamos chegar lá?

<ul style="list-style-type: none"> -Falta de sinalização. -Invasão por não indígenas -Desintrusão nas áreas ampliadas -Limites não estão claros. -Ausência da FUNAI. -Ausência de guarita e controle nas estradas. -Novas invasões de moradores nas áreas ampliadas. -Invasores (Fazendeiros, colonos, caçadores, turistas e pescadores). 	<ul style="list-style-type: none"> -Terras indígenas com sinalização clara e efetiva -Colocar em prática a condicionante para o plano de proteção das Tis -TI Arara: retirada dos moradores ilegais -TI Paquiçamba: acelerar a indenização e desintrusão dos moradores ilegais -Criação de postos de vigilância -Proibir a entrada de invasores. 	<ul style="list-style-type: none"> -Fazer pressão na FUNAI, NE e IBAMA. -Capacitar e remunerar mais indígenas para participar e implementar o Plano de Proteção. -Buscar as parcerias para apoiar os trabalhos das comunidades (entender melhor os documentos). -Demarcação das Tis -Emplacamento dos limites e áreas vulneráveis. -Criação de guaritas nos limites e na entrada da TI -Comunidade remunerada para exercer a vigilância aquática e terrestre com o apoio dos órgãos responsáveis -Ter apoio logístico (carro, combustível entre outros). -Retirada dos posseiros pelos órgãos responsáveis imediatamente. -Capacitação dos indígenas para exercer a vigilância da TIs.
---	--	--

Após o exercício, o convidado Winti Kisêdje, apresentou a experiência de vigilância indígena realizada no Parque Indígena do Xingu, conforme o **Quadro 9**.

Quadro 9. A Experiência de Vigilância e Fiscalização no PIX.

Testemunho de Winti Kisêdjê.

“No Xingu, teve um trabalho muito importante no início, pois tinha muita invasão de pescadores e madeireiros. A primeira ideia foi montar postos de fiscalização nas saídas e entradas da aldeia. Houve uma negociação com o presidente da FUNAI daí surgiu um convênio na FUNAI para contratar pessoas para trabalhar na fiscalização de forma remunerada, pessoas que não fossem servidores da FUNAI, e nessa época funcionou bem, com apoio da FUNAI e ISA (durante 5 anos).”

“Após 5 anos acabou o recurso e os indígenas queriam renovar, entretanto o presidente da FUNAI faleceu e não houve mais convênio. E até agora os indígenas não conseguiram mais renovar o convênio. Mas quando os indígenas começaram a fiscalizar essa área e começaram a criar aldeias próximos aos pontos de fiscalização, e com a falta de recurso, foram recebendo ajuda dos madeireiros com combustível, e a partir daí começaram a negociar madeira com esses fazendeiros.”

“Houve uma reunião também para pedir autorização para abrir pista de pouso e os indígenas aceitaram esse acordo com os fazendeiros, mas para fazer essa abertura, os fazendeiros começaram a retirar muita madeira e o desmatamento ficou sem limite.”

“Os índios avisaram a FUNAI e o IBAMA. A liderança avisou que isso iria causar um problema maior porque tirar e vender madeira em aldeia indígena é proibido. A polícia federal fez uma investigação e prenderam algumas pessoas. Com todos esses problemas, os indígenas começaram a repensar no tipo de fiscalização que estavam realizando. Então hoje através das organizações instituídas dentro das comunidades começaram um outro sistema de fiscalização, onde a associação faz um planejamento para haver o revezamento e de como a fiscalização será feita a cada 6 meses (revisão do planejamento de fiscalização). Foi realizada uma capacitação do IBAMA para esclarecer de como deve ser a abordagem e apreensão de invasores. Existe também um programa de formação de brigadistas indígenas de incêndio, contratados pelo IBAMA.”

4. 4º DIA: CONTINUIDADE DAS ATIVIDADES DO DIA ANTERIOR

4.1 TEMA: ACORDO DE PESCA E TRACAJÁ

O tema Acordo de Pesca e Tracajá foi bastante discutido durante a oficina, por ser de extrema importância na região da Volta Grande do Xingu, principalmente para as comunidades das TIs Paquiçamba e Arara da VGX. A partir das discussões e testemunhos dados pelos participantes da oficina, percebe-se a crescente preocupação sobre os efeitos da vazão reduzida, do aumento de pescadores na região e da pressão sobre os recursos pesqueiros e sobre os tracajás. A liderança Giliarde Juruna, da aldeia Miratu, deu a sua opinião:

“Com a seca do rio, os pescadores estão utilizando mais as malhadeiras para pescar, pois não é possível utilizar outras técnicas de pesca (como tarrafa e caniço). Os peixes ficam nas poças, ficando mais fácil de capturar neste momento, mas com a permanência da seca, os peixes não vão se reproduzir e os estoques vão diminuir ou acabar.

A liderança Giliarde Juruna complementou:

“O rio seco dificulta a navegação, a pesca (mais tempo gasto) e até para arrastar a canoa que um único pescador não consegue ir sozinho. A comercialização do peixe diminuiu muito porque as pessoas não queriam mais comprar porque o peixe estava caindo o rabo (a água está poluída). É impossível pescar final da tarde porque a quantidade de mosquito aumentou muito, e esse é o melhor horário para pescar. Infelizmente temos que pescar de malhadeira porque agora é a única forma de conseguir pegar uma quantidade razoável de peixe.”

O morador Jailson Juruna, da aldeia Miratu, complementou:

“A diminuição está tão grande que não tem mais controle. Como agora não tem mais inverno, os peixes e os tracajás estão muito magros. Aquela quantidade das águas que antes a gente tinha nunca mais nós vamos ter. É necessário que a comunidade tenha o controle da quantidade, as vezes pega muito que até estraga, as vezes é melhor ter um freezer para armazenar. A maioria das espécies da VGX sobrevive mais por causa do inverno, e muitas espécies tem sumido porque aqui tá seco.”

Zé Carlos Arara, liderança da Aldeia Guary Duan da TI Arara da VGX comentou que antes os indígenas sobreviviam da pesca artesanal e hoje está muito difícil. O atacadão que entrava para comprar esses peixes agora está tendo dificuldade para entrar no rio porque está seco.

Sobre os tracajás, todos concordam que é necessário preservar o tracajá, tanto para o presente quanto para as futuras gerações. Também enfatizam a necessidade de organização da comunidade e apoio da NE, FUNAI, IBAMA e outros órgãos. Giliarde Juruna acredita que como são somente dois povos e as comunidades relativamente pequenas na região, os acordos e a organização e coordenação entre as aldeias pode dar certo: “Tudo vai para a frente dependendo da união”.

Acordo de Pesca e Tracajá – TIs Paquicamba e Arara da Volta Grande do Xingu (Quadro 10)

Grupo 1: Neusiane Jacinto Juruna, Manoel de Lima Lisboa, Talem Arara, Maria Vieira, Raimundo Juruna, Jean Carlos Pinto, Maria Eliete Feliz Juruna e Edileuson dos Passos Arara. Monitor: Hilton Nascimento.

Grupo 2: Cleison Juruna Santos, Jailson Juruna, Giliarde Txakĩ Juruna, Zé Carlos, Raimundo, Pedro Viana, Marizan Juruna, Odimar Juruna, Ozimar Juruna, Jair Jacinto Pereira Juruna e Josiel Juruna. Monitora: Esther Mesquita.

Quadro 10. Síntese do detalhamento preliminar do tema Acordos de Pesca e Tracajá para as TIs Paquiçamba e Arara da VGX

Problema: Como estamos?	Objetivos: Onde queremos chegar?	Propostas: Como vamos chegar lá?
<p>Tracajá não tem acordo. Pega quanto der, não se preocupa se vai dar para pegar amanhã, descontrola. Difícil chegar em um acordo.</p> <p>-Poucos ovos esse ano. A maioria dos tracajás não estavam ovados. Estão muito magros, não tem inverno.</p> <p>-Não tem limite na quantidade que pesca.</p> <p>-Com a redução da água teve muito peixe. Muita curimatã. Tão pegando muito e pode acabar. Algumas espécies de peixes apareceram muito esse ano, pode ser que ano que vem não apareçam. Muitos peixes concentrados nos poços, ficando mais fácil para pescar.</p> <p>-Peixes muito magros</p> <p>-Invasão de pescadores não indígenas</p> <p>-Ainda não tem conflito entre aldeia e povos, mas está prestes a ter, porque está diminuindo muito os peixes e tracajás.</p> <p>-Perde mais tempo para pescar e o peixe está mais longe. Gasta mais tempo e recurso para pescar.</p> <p>-Vazão do rio está baixa, o rio está muito seco.</p>	<p>-Fazer acordo sobre a pesca do tracajá.</p> <p>-Garantir a reprodução dos tracajás.</p> <p>-Garantir a sobrevivência dos peixes.</p> <p>-Garantir a terra livre de invasores.</p> <p>-Aumentar os tracajás</p> <p>-Aumentar a vazão</p> <p>-Pegar o suficiente para consumo das famílias.</p>	<p>-Reunir as comunidades da Volta Grande para fazer acordos.</p> <p>-Acompanhar e monitorar a reprodução dos tracajás.</p> <p>-Garantir a continuidade do monitoramento.</p> <p>Pressionar a NE, IBAMA e FUNAI para garantir o hidrograma de consenso.</p> <p>-Colocar em prática o Plano de Proteção.</p> <p>-A própria comunidade auxiliar na vigilância.</p> <p>-Emplacamento dos limites e ilhas.</p> <p>-Criar pontos de preservação de tracajás e que a comunidade respeite.</p> <p>-Proibir pesca do tracajá com silibrim e soltar os pequenos.</p> <p>-Reclamar ao IBAMA e exigir o cumprimento do hidrograma de consenso</p> <p>-Não trazer pescadores de fora</p> <p>-Criar área de preservação e visitação de peixes ornamentais para turistas.</p>

4.2 TEMA: GERAÇÃO DE RENDA

O tema geração de renda é de grande interesse para todas as aldeias e comunidades representadas na oficina. Os participantes comentaram que, de forma geral, os projetos de geração de renda implementados nas aldeias ainda estão iniciando. De acordo com os participantes, as alternativas de geração de renda devem ser diferenciadas de acordo com o contexto de cada aldeia, e respeitando a organização social e a cultura local. Assim, a aldeia Boa Vista (TI Juruna Km 17) tem prioridades e interesses diferentes para a geração de renda, em comparação com as aldeias da região da Volta Grande do Xingu. Apesar das diferenças, algumas prioridades em comum identificadas para as comunidades das aldeias participantes da oficina, a partir dos trabalhos realizados em grupo são:

- ✓ Necessidade de capacitar as comunidades e associações para a elaboração e gestão de projetos;
- ✓ Estabelecimento de parcerias com Ongs, universidades e empresas para a elaboração, execução e acompanhamento dos projetos;
- ✓ É necessária a diversificação de atividades, bem como a elaboração de estudos de mercado para potencializar as atividades;
- ✓ Criação e manutenção de fundo comunitário e capital de giro para as associações;
- ✓ Fortalecer a capacitação e comercialização de artesanato;
- ✓ Plantio de cacau irrigado;
- ✓ Verificar a causa da perda da produção da castanha-do-Pará;
- ✓ Montar estrutura de comercialização nas aldeias, incluindo capacitação em computação e acesso à internet.

Na aldeia Paquiçamba, a Prof. Eliete Juruna apresentou para a Norte Energia um projeto de extração de óleo de palmeira babaçu para a comercialização, o qual foi aprovado e está em etapa inicial de desenvolvimento. Ela comentou a importância de utilizar os recursos e conhecimentos existentes no local.

O turismo ecológico foi outra atividade mencionada nas discussões, como potencial para a região. Porém, as comunidades precisam de capacitação específica para trabalhar com diferentes atividades. Comentou-se também a necessidade de possuir um leque diversificado de opções de geração de renda a curto, médio e longo prazo. Bel Juruna, moradora da Aldeia Miratu, comentou que a produção da banana e do abacaxi são projetos menores para terem renda mais imediatas, até mesmo para ajudar financeiramente as produções maiores. É preciso também pensar no mercado para comercializar esses produtos.

As sínteses dos trabalhos em grupo realizados pelo grupo da TI Juruna do Km 17 e pelos grupos das TIs Paquiçamba e Arara da VGX são apresentadas nos **Quadros 11 e 12** nas páginas seguintes (**Figuras 10 a17**).

Grupo 1: Geração de renda. TI Juruna do Km 17.

Equipe: Telma Loyane S. Barros, Marineide M. Camizão, Geovany Machado e Vanderley Rodrigues. Monitor: Igor Ferreira

Grupo 2: Geração de renda. TIs Paquiçamba e Arara da VGX.

Equipe – Talem Arara, Leiliane Jacinto Juruna, Maria Eliete Felix Juruna, Adalton Arara, Marizan Juruna, Alcionei Alves Moraes, José Carlos Arara e Edileuson dos Passos Arara. Monitora: Simone Athayde

Grupo 3: Geração de renda. TIs Paquiçamba e Arara da VGX.

Equipe - Cleyson Juruna Santos, Cláudio Roberto da Silva, Jean Carlos Pinto, Manoel de Lima Lisboa, Raimundo Juruna, Anderson Sampaio, Pedro Viana, Giliarde Juruna e Neusiane Jacinto Juruna. Monitora: Esther Mesquita

Quadro 11. Síntese do detalhamento preliminar do tema Geração de Renda para a TI Juruna do Km 17 (Aldeia Boa Vista).

Problema: Como estamos?	Objetivos: Onde queremos chegar?	Propostas: Como vamos chegar lá?
<p>-Tanques de piscicultura: não temos espécies nativas, somente tambaqui.</p> <p>-Criação de galinha: a raça que queremos não foi atendida. Queremos a rodea (caipira).</p> <p>-Falta de informação e qualificação técnica sobre os projetos e atividades.</p> <p>-Falta de transporte para escoar os produtos da roça.</p> <p>-Falta de organização interna.</p> <p>-Falta de um fundo da associação.</p> <p>-Muitas pessoas sem renda.</p> <p>-Falta de estrutura para trabalhar e expor artesanato.</p>	<p>-Montar espaço para fabricar e expor artesanato.</p> <p>-Autonomia.</p> <p>-Diversificar projetos e iniciativas de geração de renda.</p> <p>-Aproveitar o potencial da região e da cultura.</p> <p>-Ter capital de giro para as associações.</p> <p>-Criação de gado e roça</p> <p>-Plantio de cacau, cupuaçu e açaí.</p> <p>-Produção agrícola – vender o excedente.</p> <p>-Criação de gado e peixe.</p> <p>-Extração de óleo de andiroba, copaíba e extrato de cumarú.</p>	<p>-Venda de Artesanato.</p> <p>-Ter capital de giro para a associação.</p> <p>-Buscar parcerias com Ongs e institutos de pesquisa.</p> <p>-Elaborar planos de negócios para levantar o potencial da TI e organizar a produção, busca de mercado, etc.</p>

Quadro 12. Síntese do detalhamento preliminar do tema Geração de Renda para as TIs Paquiçamba e Arara da VGX.

Problema: Como estamos?	Objetivos: Onde queremos chegar?	Propostas: Como vamos chegar lá?
<p>-Rio seco – pouco peixe e muito magro, sem renda da venda.</p> <p>-Diminuição dos peixes ornamentais.</p> <p>-Peixes doentes, morte dos peixes.</p> <p>-Invasão dos pescadores.</p> <p>-Muitas reuniões que atrapalham a renda da comunidade.</p> <p>-Aumento das pragas (mosquitos).</p> <p>-Diminuição da caça .</p> <p>-Perda da renda da atividade pesqueira pela construção de Belo Monte.</p> <p>-Perda/diminuição da água.</p> <p>-Aumento da população.</p> <p>-Perda da renda da castanha (não está produzindo).</p>	<p>-Alternativas que gerem renda para comunidade.</p> <p>-Projetos que efetivamente gerem renda para as comunidades.</p> <p>-Turismo ecológico voltado para pesca esportiva</p> <p>-Implantação de projetos: açaí, cacau, cupuaçu, banana, abacaxi; tanques escavados com peixes da região, turismo, farinha elétrica, galinha caipira, artesanato e babaçu (óleo).</p>	<p>-Projetos escolhidos e decididos pela comunidade desde o início.</p> <p>-Estudos de mercado para os produtos, incluindo artesanato.</p> <p>-Investir na venda da farinha</p> <p>-Empregos gerados pelos empreendimentos devem priorizar vagas para os indígenas.</p> <p>-Elaboração de projetos pelas comunidades e associações.</p> <p>-Capacitação das comunidades para gestão de projetos.</p> <p>-Fazer pesquisa para diagnóstico do problema dos castanhais.</p>

Após as apresentações dos grupos e discussão na plenária, pediu-se ao convidado indígena Winti Kisêdjê para compartilhar a sua experiência de trabalho com a temática da geração de renda. O testemunho de Winti é apresentado de forma sintetizada no

Quadro 13 abaixo.

Quadro 13. Experiência de Winti Kisêdjê na gestão de projetos e geração de renda
<p>“É importante saber e não esquecer o que estão colocando no papel e inserir tudo no Plano de Gestão. Todo esse trabalho não faz parte da cultura indígena. ”</p>
<p>Conta a sua experiência própria: passou 10 anos trabalhando sem remuneração, deixou muitas vezes sua família sem apoio. Depois de muitos anos de luta abrindo o caminho para novas gerações, após 8 anos que começou a ser reconhecido.</p>
<p>Muitos recursos de projetos eram só para investir nas atividades e não para pagamento de salário. A primeira intenção era aprender, mesmo sem remuneração. Agora com o reconhecimento a associação consegue pagar as pessoas que trabalham. O ISA ajuda na criação dos projetos, mas mesmo assim há reclamações da falta de resultados e sem retorno financeiro para os indígenas.</p>
<p>O povo Kisêdjê agora está começando a mostrar resultados de toda capacitação investida durante anos. Mesmo sem compradores externos, as mulheres começaram a vender na própria comunidade, que foi um começo, a partir daí o trabalho foi difundido fora da aldeia. É importante decidir quais são as prioridades e trabalharem a curto ou longo prazo, uma programação das atividades. É necessário haver um entendimento interno para que as atividades possam prosseguir.</p>
<p>Há 8 anos estão trabalhando no Plano de Gestão, e somente agora está começando a ser executado. É importante que trabalhem com calma no Plano de Gestão, porque ele será exemplo para o futuro. Um dos pontos principais é a capacitação de alguém da associação para a gestão de recursos financeiros.</p>



Figuras 10 a 17. Trabalho e apresentações dos grupos, para detalhamento dos temas dos PGTA's e troca de experiências com Winti Kisêdje. Temas trabalhados na oficina: Vigilância e Fiscalização das TIs, Acordos de Pesca e Tracajás, e Geração de Renda.

4.3 SISTEMAS AGROFLORESTAIS E SEGURANÇA ALIMENTAR

Durante a construção coletiva dos temas para o Plano de Gestão, um dos temas prioritários listados pelos participantes foi a questão da segurança alimentar. Este tema tem uma relação bastante próxima com outros como atividades agrícolas, geração de renda, a cultura, a pesca e a questão dos tracajás. Nas oficinas de construção do PGTA, uma das propostas é trazer exemplos de experiências bem-sucedidas em andamento em outras terras indígenas e locais da Amazônia, estes exemplos e trocas de experiências aumentam o entendimento e fortalecem as comunidades para a gestão das suas terras.

Para esta oficina, convidou-se o pesquisador Marcus Schmidt para compartilhar a sua experiência com o manejo e enriquecimento de roças e capoeiras em outras terras indígenas da Amazônia. Igor Ferreira lembrou que desde a oficina passada a liderança Marino Juruna da aldeia Paquiçamba comenta que na aldeia dele tem um acordo de produzir as roças somente em matas secundárias (capoeiras), e esse é um problema que tem acontecido em várias TIs no Brasil. As populações estão crescendo, o solo vai ficando pobre, e as comunidades precisam abrir roças maiores e em locais mais longes da aldeia.

O pesquisador Marcus Schmidt se apresentou, explicando que tem trabalhado em muitas aldeias para entender como o povo conhece os recursos e a natureza e como isso pode ser transformado em projetos com benefícios para a comunidade. Cita que é importante que a comunidade tenha sua autonomia sem depender dos produtos da cidade. O tema principal de trabalho proposto para a região é direcionado para os estudos das capoeiras, com enfoque na dinâmica de restauração florestal. Alguns exemplos de povos indígenas onde projetos e atividades com esta temática já foram desenvolvidos incluem os povos Tuyuka e Wajampi no Amazonas, e o povo Ikpeng no Parque do Xingu. Estes trabalhos têm sido realizados em parceria com as associações indígenas e Ongs atuantes nas localidades, bem como com projetos já em andamento, como os cursos de formação de agentes socioambientais.

Marcus explicou que existem muitas mudanças provocadas por diversos fatores, como mudanças climáticas, citando que uma grande área produtiva no Xingu foi perdida por causa da seca e do fogo. Neste caso, o trabalho é desenvolvido diretamente com as comunidades, para entender como era o uso da área afetada e o que está se perdendo com o fogo. Com essas informações, são desenhadas, em conjunto com os indígenas, estratégias para recuperar as áreas degradadas. Em outra área do Xingu, na região habitada pelo povo Ikpeng, acontecem muitos focos de incêndio, o que propicia a colonização pela gramínea conhecida como sapé, que acaba transformando a área em sapezal, tornando-se inviável para cultivar mandioca e outras plantas da roça. O trabalho envolve entrevistas com agricultores indígenas para entender o que mudou com o tempo no cultivo da terra (por exemplo, antes eles não limpavam tanto e que agora eles limpam muito e utilizam a mesma área para roça até cinco vezes). Os resultados das pesquisas sobre recuperação de áreas degradadas, capoeiras e roças são apresentados para as comunidades.

Marcus continuou explanando que desenvolveu um trabalho com os alunos para desenhar as florestas e foi utilizado um sistema de cores para diferenciar o tempo em que diferentes plantas aparecem na área (árvores da floresta antiga, árvores da capoeira, ou plantas que tinham aparecido recentemente). Assim pode-se desenhar sistemas agroflorestais que trabalhem do jeito que a floresta trabalha, acelerando o tempo de recuperação de capoeiras degradadas, e aumentando a produtividade dos sistemas implantados. Foi ressaltada a importância de se trabalhar com as comunidades para saber o que é viável para a região das TIs participantes do trabalho, e como um sistema experimental pode ser desenvolvido. Marcus finalizou explicando sobre a semente do manacubiu, uma fruta amazônica, e distribuiu sementes para os participantes. A liderança Giliarde e alguns participantes perguntaram sobre a fruta e se interessaram em plantar as sementes.

Após a apresentação, houve uma discussão na plenária sobre a importância em realizar-se o enriquecimento de capoeiras na região, e também de aumentar a quantidade e diversidade de frutas e produtos agrícolas para melhorar a segurança alimentar das comunidades. O convidado Winti Kisêdjê compartilhou a sua experiência com recuperação de áreas degradadas no Xingu. Ele explicou que as comunidades, junto com os assessores de Ongs como o ISA, começaram a pesquisar plantas potenciais que poderiam ter produção sustentável na região, e que gerassem renda. O pequi foi uma ideia para que houvesse o sombreamento da área que antes era pasto por se tratar de uma árvore de grande porte. Os trabalhos começaram com o incentivo

dos alunos para o plantio. Hoje, a comunidade tem 60 hectares de área plantada de pequi e a Mangaba tem se mostrado com bom potencial para a produção de sorvete.

No Xingu, os índios Kisêdjê começaram a trabalhar em áreas degradadas desde 2006, e somente agora estão tendo um retorno financeiro. O recurso do lucro da venda dos produtos é dividido da seguinte forma: uma parte vai para o pagamento das pessoas que trabalham com a produção do óleo, o chefe do mutirão, e a outra parte vai para o fundo da comunidade. Os comunitários decidiram não dividir o lucro obtido com a comercialização do óleo no momento, mas sim fazer uma aplicação em um fundo coletivo, que possa ajudar em demandas e necessidades no futuro. Uma outra ideia para aumentar a aplicação é a contribuição de forma diferenciada, funcionários contribuem com R\$100,00, aposentados com R\$50 e quem recebe bolsa família com R\$10,00. Winti explicou que este ano a aplicação já gira em torno de 100 mil reais. As contribuições na aplicação também servem para manter o gerador da comunidade e o carro da associação. Isso facilitou a autonomia da comunidade.



Figura 9. Apresentação do pesquisador Marcus Schmidt, sobre experiências com sistemas agroflorestais, enriquecimento de capoeiras e segurança alimentar em outras TIs da Amazônia.

CONCLUSÃO

O fechamento da oficina ocorreu com uma discussão na plenária sobre tópicos a serem melhorados nas próximas oficinas de construção do PGTA planejadas no âmbito do programa de gestão territorial indígena do PBA-CI.

A organização interna das comunidades foi muito enfatizada pelos participante durante a oficina. Entre eles, a questão da união é considerada fundamental. Segundo Marineide Juruna, da Aldeia Boa Vista, “*os objetivos serão alcançados se a gente se unir*”. Esta união envolve a melhoria do diálogo e entendimento com pessoas das comunidades nas aldeias, que precisam estar envolvidas na construção dos planos de gestão. Esta é uma questão que pode ser pensada no âmbito do acompanhamento ou seguimento das oficinas e atividades de monitoramento realizadas nas aldeias. Uma outra proposta considerada importante pelas comunidades é a criação de fundos comunitários para aumentar a autonomia e protagonismo das mesmas. Estes tópicos serão discutidos futuramente, com a vinda de um especialista e lideranças indígenas com experiência no tema para orientar as comunidades de forma prática. Salientou-se que os fundos comunitários facilitam o estabelecimento de parcerias para a realização de projetos, pois demonstram que as comunidades têm capacidade para gerir recursos e contribuir com contrapartidas.

A segunda oficina de construção dos PGTA das TIs Paquiçamba, Arara da VGX e Juruna do Km 17 representou um passo importante no entendimento e protagonismo das comunidades para atuar de forma mais efetiva e autônoma na gestão de seus territórios. A participação do convidado indígena Winti Kisêdjê foi um fator fundamental para o sucesso da oficina, pois a sua experiência e trajetória de vida na gestão da TI Wawi no Xingu trouxe grande entendimento e reflexão para os participantes da oficina. O Programa seguirá, portanto, a trazer, nas próximas oficinas, representantes indígenas com experiências relevantes para compartilhar com as comunidades Juruna e Arara. Segundo Leiliane (Bel), Eliete e Marineide, a visita de parentes (ex.: Kayabi) que já passaram por situações semelhantes é muito importante para dividir as informações e tentar enxergar a situação de uma outra forma.

Os participantes também mencionaram a importância no estabelecimento de parcerias e na recepção de pessoas de fora que vêm para registrar e divulgar os impactos que estão acontecendo na área. Leiliane Juruna (Bel) comentou que isso ajuda como uma forma de pressão para que os órgãos competentes possam tomar providências dentro

da comunidade.

No âmbito da construção dos Planos de Gestão, uma questão importante a ser considerada é a realização de cruzamentos entre os diferentes temas e realizar o planejamento de ações de forma integrada. Por exemplo, os temas de segurança alimentar, saúde e geração de renda compartilham vários aspectos que devem ser tratados em um planejamento integrado.

Em relação à organização das comunidades para a construção dos Planos de Gestão, Winti Kisêdjê sugeriu que seja criado um grupo de coordenação dos PGTA's, que fica responsável por participar do planejamento e encaminhamento de ações relacionadas a este trabalho. Winti Kisêdjê esclareceu que o trabalho na aldeia dele foi realizado através de grupos focais de acordo com o tema e posteriormente havia reunião com a comunidade para aceitar ou não o que foi proposto. No caso do Parque Indígena do Xingu, foram criados grupos de trabalho – GTs, sendo um GT das instituições apoiadoras e um de cada região ou aldeia. Segundo Winti, antes da oficina, é preciso realizar um planejamento para saber o que vai ser discutido entender a continuidade de todo o processo.

No tocante ao tema da pesca, como proposta de seguimento, surgiu a proposta de fazer o zoneamento das áreas, distinguindo os locais de pesca entre a zonas de pesca comercial e zonas de pesca de subsistência.

Por fim, antes do encerramento da oficina, foi celebrado o primeiro acordo comunitário para controle da captura de tracajás na região da Volta Grande, entre as TIs Paquiçamba e Arara da Volta Grande do Xingu. O mesmo será posteriormente formalizado no PGTA das respectivas Tis. O cacique Giliarde Juruna da aldeia Miratu propôs o acordo verbalmente: as comunidades não podem capturar tracajá para a venda, e nem coletar ovos. Também não podem pegar animais pequenos. Todos os presentes concordaram. Este foi um resultado importante da oficina, e reforçou a necessidade da realização destes encontros para a discussão de temas prioritários para o futuro dos indígenas da Volta Grande do Xingu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Árnason, E.; U. Hernandez; and K. Kristinsson. Intense Habitat-Specific Fisheries-Induced Selection at the Molecular Pan I Locus Predicts Imminent Collapse of a Major Cod Fishery. *Plos One* May 27, 2009. <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0005529>
- Hardin, G. 1963. The tragedy of the commons. *Science* 162 (3859): 1243-1248.
- Mankiw, G. N. 2005. *Introdução à economia*. Tradução de Allan Vidigal Hastings. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- McKean, M. A. e E. Ostrom. 2001. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: Diegues, A. C. e A. C. Moreira (orgs). *Espaços e recursos naturais de uso comum*. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2001. p. 79-95.
- Ostrom, E. 1990. *Governing the Commons –The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press. 280 pgs.
- PNCSA. Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia. Terras indígenas de Tapauá (AM): lutando por uma vida melhor (Paumari, Apurinã, Mamori, Deni) /coordenação do projeto, Alfredo Wagner Berno de Almeida ; equipe de pesquisa, Ana Carla Bruno, Thereza Cristina Cardoso Menezes, Willas Dias da Costa. – Manaus : UEA Edições, 2013.
- Sabbagh. R. B. 2012. Bens públicos e recursos de acesso comum: instituições que influenciam sua conservação no Parque Estadual da Serra do Mar de São Paulo. *Ver. Adm. Pública — Rio de Janeiro* 46(6):1625-47